

NO ESTADO MAIS RICO DO PAÍS, A EDUCAÇÃO DESPROVIDA DE MEIOS

Maíra Kubik Mano
Jornalista

EEPG JORNALISTA
CARLOS LACERDA

Escola Estadual Jornalista
Carlos Lacerda, em São Paulo

! Nenhum* ANT

“Temos escolas em que faltam giz e carteiras”. O depoimento é de um professor da rede estadual de educação e não parece novidade. No Brasil, o drama da falta de vagas e a péssima estrutura das instituições de ensino são divulgados insistentemente, ano após ano, pela imprensa. O que não se põe em discussão são as políticas que norteiam esse modelo no Estado de São Paulo, como a municipalização do ensino fundamental e a drástica redução e precarização do corpo docente

“**H**á uma política ofensiva do Estado no que diz respeito à privatização e também à destruição da escola pública”, sustenta Sueli Carneiro, professora do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília. Para Sueli, que é vice-presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), Geraldo Alckmin conseguiu, em suas duas gestões à frente do Governo, impor uma reforma que está transformando o perfil da educação estadual. “Algumas políticas que se destacam são expressões de uma diretriz que tem como característica tornar a educação uma mercadoria, um negócio como outro qualquer. Essas políticas se apresentam fragmentárias com um corpo e uma lógica bem articulados”, afirma a educadora.

De acordo com ela, uma das principais alterações no último período foi a municipalização das escolas estaduais. Sob a justificativa de aproximar a escola da comuni-

dade, o Governo estadual passou para as prefeituras a responsabilidade do ensino fundamental, principalmente da 1ª à 4ª série. “Segundo a Constituição Federal, o município é responsável por dois tipos de educação: a infantil e a de jovens e adultos. Na medida em que os municípios se envolvem com a educação de 1ª à 4ª série, que é obrigatória, as outras responsabilidades que estão sob sua alçada e não são obrigatórias começam a ficar de lado”, diz Sueli.

Para ela, o processo de migração só ocorreu pela garantia de financiamento dada pelo extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), que repassou verbas federais para os municípios que assumiram o ensino fundamental. O benefício, criado em 1998, vale por dez anos. “Depois as prefeituras terão que arcar com a rede que criaram”, adverte.

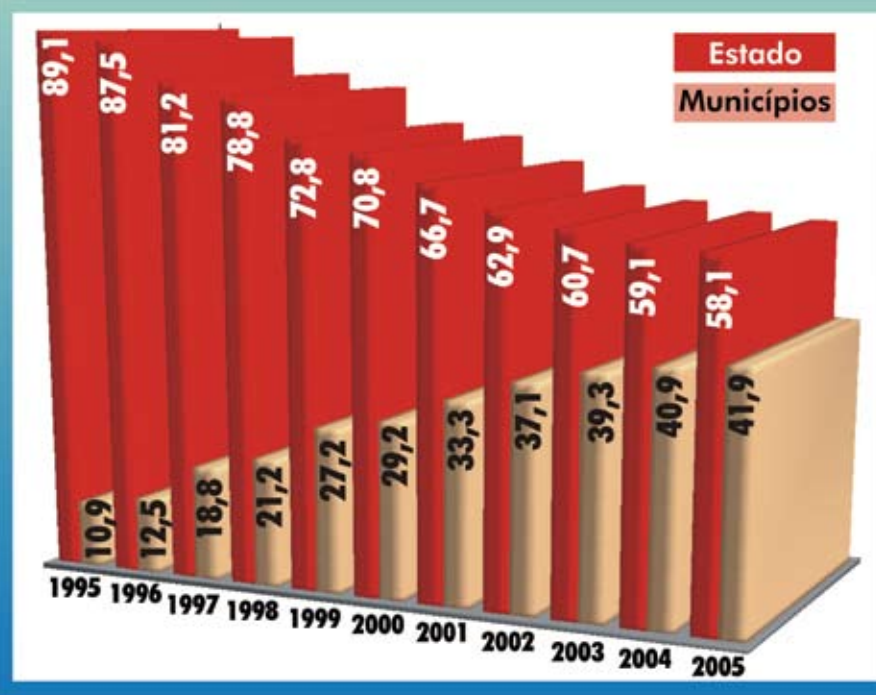
Dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) indicam que, em 1995, 89% das crianças matriculadas de 1ª à 4ª série estudavam na rede estadual e 11% nas redes municipais de ensino. Em

2005, apenas 41% dos alunos estavam na rede estadual e os restantes 59% nas municipais (vide gráfico 1 e tabela 1). Durante a transferência de competências foi constatada uma queda no ingresso dos estudantes: em 1995, 5,9 milhões de crianças estavam matriculadas nas redes estadual e municipal; em 2005, foram 5,8 milhões de matrículas.

Analizados do ponto de vista dos professores, os dados da municipalização têm ainda mais impacto. Em abril de 1995, o Estado tinha 51.746 professores concursados. O número caiu para 30.805 em abril de 2006, sendo que 7.696 (25%) estão prestando serviços aos municípios, apesar de constarem da folha de pagamento do Estado. “Nesse processo foram fechadas mais de 300 escolas e milhares de salas de aula. Isso provocou uma superlotação das salas existentes. Até hoje elas têm uma média de 50 alunos desde o ensino fundamental até o ensino médio”, relata Carlos Ramiro de Castro, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). “Na escola onde eu dou aula temos salas com até 60 alunos, que são impossíveis de serem trabalhadas do ponto de vista pedagógico”, afirma Pedro Paulo Vieira Carvalho, professor da Escola Estadual Ayres Neto, no bairro de Pedreira, zona sul de São Paulo.

O Fórum das Seis, que reúne as entidades sindicais das universidades estaduais paulistas, também manifesta preocupação com a situação das salas de aula. Em documento enviado à Assembléia Legislativa, o Fórum registra que “na educação

Taxa de participação no Ensino Fundamental (Estado de SP) Matrículas na Rede Pública - 1ª à 8ª Séries (em %)



Fonte: SEE-SP. Centro de Informações Educacionais-CIE e Censo Escolar 2005/MEC

Tabela 1 - Ensino Fundamental (Estado de SP) - Matrícula inicial por Segmento - só 1ª à 4ª Séries

Ano	Rede Estadual		Rede Municipal		Taxa de Participação	
	matrículas	taxa anual	matrículas	taxa anual	Estado	Municípios
1995	2.778.180	-	352.790	-	88,7%	11,3%
1996	2.627.948	-5,4%	421.917	19,6%	86,2%	13,8%
1997	2.180.098	-17,0%	749.941	77,7%	74,4%	25,6%
1998	1.946.850	-10,7%	858.087	14,4%	69,4%	30,6%
1999	1.570.059	-19,4%	1.109.225	29,3%	58,6%	41,4%
2000	1.430.797	-8,9%	1.184.431	6,8%	54,7%	45,3%
2001	1.330.036	-7,0%	1.314.169	11,0%	50,3%	49,7%
2002	1.229.390	-7,6%	1.437.119	9,4%	46,1%	53,9%
2003	1.166.431	-5,1%	1.485.700	3,4%	44,0%	56,0%
2004	1.104.762	-5,3%	1.504.448	1,3%	42,3%	57,7%
2005	1.045.904	-5,3%	1.491.176	-0,9%	41,2%	58,8%

Fonte: SEE-SP. CIE - Série Histórica de Matrículas da Educação Básica 2004 e MEC - Censo Escolar 2005 (dados preliminares). Elaboração: Subseção DIEESE-APEOESP/Centro de Estudos e Pesquisas APEOESP

Daniel Garcia

**Carlos Ramiro, presidente da Apeoesp**

pública — sobretudo nos ensinos fundamental e médio — constatamos classes super-lotadas, professores e funcionários com salários arrochados e condições precárias de vida e trabalho, ausência quase total de bibliotecas e laboratórios. Ou seja, condições estas que aprofundam o já contumaz descumprimento do direito inalienável à educação pública de boa qualidade, uma das principais fontes do exercício efetivo da cidadania”.

Aliada à falta de estrutura, a precarização dos contratos trabalhistas gera um quadro de crise aguda do sistema educacional paulista. Os contratos em caráter temporário atingem hoje 61% do total de professores. Em outubro do ano passado, eles quase foram demitidos. O Governo enviou à Assembléia Legislativa um projeto de lei que buscava substituir a Lei 500, promulgada em 1974. Segundo essa legislação, os funcionários admitidos em caráter temporário têm direitos trabalhistas como férias e 13º

salário. A nova proposta do Governo pretendia passar a contratação de anual para semestral. Após o vencimento desse período o professor deveria se afastar por dois anos da rede, até poder ser novamente contratado. “O Governo queria demitir 100 mil professores sem dar a eles seus direitos. Em 5 de novembro de 2005 fizemos uma mobilização com 40 mil professores. Invadimos as ruas de São Paulo e o Governo foi obrigado a recuar. Dizíamos claramente que se o projeto de lei não fosse retirado, a educação iria parar”, lembra o professor Carvalho.

O presidente da Apeoesp explica que a mobilização continuou depois da vitória: “Agora estamos fazendo um movimento para a estabilidade desses professores, que dedicaram sua vida à educação das crianças e jovens e a qualquer momento podem ser demitidos sem direito nenhum”. O sindicato é contestado pela Secretaria de Educação, que afirma ter contratado mais de 100 mil novos professores na gestão Alckmin. “Desenvolvemos ações fundamentais na valorização do magistério”, acrescenta, em declaração exclusiva à *Revista Adusp*, o pedagogo Gabriel Chalita, que foi o secretário de Educação entre 2003 e abril de 2006, quando a professora Maria Lúcia Vasconcelos assumiu a função.

Segundo a Apeoesp, apesar de um concurso público ter sido realizado em 2003, o número de contratações será bem inferior ao anunciado. São cerca de 49 mil novas vagas, sendo que a maior parte dos aprovados ainda não foi chamada pelo Governo.

Com salários cada vez mais baixos, os professores se submetem à política de bônus do Governo estadual. Para garantir o dinheiro extra, muitos vão trabalhar doentes

Os baixos salários da rede estadual são mais um dos aspectos que levaram à deterioração do ensino público em São Paulo. O Estado investe apenas 3,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na educação, ao passo que a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco) recomenda investimento de 10% a 11% do PIB. Considerados os investimentos em educação dos Estados brasileiros, São Paulo só ocupa a oitava posição, apesar de ser o que mais arrecada.

O orçamento previsto para a educação em 2006 era de R\$ 11,6 bilhões. No entanto, a probabilidade de parte dos recursos ser desviada para outras áreas é grande. “Na rede estadual houve desvio de verbas a partir de 1997, comprovados em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Foram R\$ 4,1 bilhões destinados a outros setores, como a alimentação de animais no Zoológico. No ano passado, parte do dinheiro foi para a Febem”, denuncia o dirigente sindical Castro.

Para reforçar o ganha-pão, os professores se sujeitam à política de bônus anuais do Governo. “Por falta de uma política salarial, o governo

recorre às gratificações e às bonificações. Para ele isso é interessante porque não recompõe as perdas salariais e nem transfere qualquer tipo de aumento aos aposentados”, afirma o professor Carvalho. Para receber o prêmio, que começou a ser distribuído em 2000, o docente não pode faltar durante o ano. “Começou com R\$ 5 mil e hoje chega a R\$ 10 mil para os professores que têm a carga completa e não faltam. Muitos se iludem com isso. Alguns vão trabalhar doentes. E o que é pior: quando chega no final do ano, o professor se dá conta que o bônus vira ônus, porque não recebe aquela promessa do governo. Muitos se sentem indignados porque trabalharam o ano inteiro e ao invés de receberem R\$ 10 mil, são pagos com apenas R\$ 2 mil”, denuncia. “É mais uma forma de escravizar, de segurar o professor para que ele dê aula em péssimas condições. Eu sou contra o bônus, mas uma vez que o Governo publicou e anunciou que cumpriria, ele precisa pagar. Nossa luta é maior. É para que esse bônus seja incorporado no salário”, diz Carvalho.

Para a professora Sueli, a política de bônus impõe a lógica de produtividade do capital. “Tudo isso vira um problema muito sério, com consequências desde a organização da escola, do compromisso que o professor deve ter com o seu trabalho. Do ponto de vista sindical, essa questão minou a base do sindicato da rede pública. Os professores pensam 10 mil vezes antes de irem em assembléia da categoria ou reuniões de representante de escola, porque a assiduidade deles está em jogo. É difícil competir com isso porque é dinheiro para um salá-

rio miserável”, acredita a educadora.

Coube a Rose Neubauer, secretária de Educação das gestões Mário Covas e Alckmin (1995-2002), implementar a política de bonificações. Em entrevista recente, publicada na edição 51 do *Jornal do Band* (veículo do Colégio Bandeirantes), ela justifica a aplicação do bônus como instrumento que pode ajudar a melhorar a atuação dos professores. “É uma premiação para quem consegue ensinar mais seus alunos. Isso estimula o professor a se capacitar”. Para Rose, o problema dos professores hoje é de “atitude” frente aos alunos. Procurada pela *Revista Adusp*, a ex-secretária não quis dar entrevista.

Além de não poder faltar, para receber o dinheiro extra o professor precisa trabalhar em uma escola bem avaliada no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). O sistema foi criado em 1996 e a participação é compulsória para as escolas da rede estadual e optativa para a rede municipal e as instituições particulares. Em 2004, o Saresp avaliou cerca de 4,5 milhões de alunos, que tiveram desempenho médio de 55% de aproveitamento no exame realizado. Os professores também são avaliados e obtiveram as melhores notas entre os alunos de 5ª a 8ª série: receberam 60% de notas entre 8 e 10.

“Na classificação geral, a escola recebia uma cor pelo seu desempenho. As escolas que tivessem essas cores boas eram premiadas com mais recursos. Essa política do prêmio quanto ao mérito gerou uma competição horrível. Quem fosse bem colocado no *ranking* levava mais dinheiro. Se a escola fosse do interior, todos

ganhavam uma viagem a Santos, e vice-versa”, denuncia Sueli.

***A mágica dos números:
nos últimos anos a
matrícula cresceu
vertiginosamente,
enquanto a evasão caiu na
mesma proporção. Para
o presidente da Apeoesp,
os governantes só se
preocupam com o aspecto
quantitativo, não levando
em conta a qualidade***

Os bons resultados do Saresp são uma das vitrines da Secretaria de Educação. Outro dado amplamente divulgado é a diferença entre o número de matrículas e a evasão escolar. “A abertura de mais de 90 mil vagas por ano entre 2003 e 2006 foi uma das nossas conquistas. Foram realizadas também mais de 2 mil reformas e ampliações, em um investimento médio anual da ordem de R\$ 160 milhões. Com essas providências, em São Paulo não há criança fora da escola. O mais importante, obtido paralelamente à universalização da escola, foi a mais expressiva redução da evasão escolar. Saímos nesses quatro anos da média histórica nacional de perto de 20% para menos de 1% na educação fundamental e menos de 5% no ensino médio”, ressalta o ex-secretário Chailita (**vide tabelas 5 e 6**).

A REDE ESTADUAL EM NÚMEROS

- 5,8 mil escolas estaduais
- 5,1 milhões de matriculados (fundamental, médio e EJA*)
- 220 mil professores ativos
- 100 mil aposentados

* Educação de Jovens e Adultos. Fonte: Apeoesp

Gráfico 2



Fonte: Subseção DIEESE-Apeoesp

Tabela 2 - Número de Escolas por tipo de ensino ministrado - Rede Estadual - SEE-SP - Anos selecionados: 1999, 2002 e 2005

Tipo de Ensino	1999	2002	2005
Exclusiva Educação Especial	5	-	n.d.
Exclusiva Educação Infantil	10	8	n.d.
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	2.473	1.741	1.114
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	593	403	194
Ensino Fundamental 1ª a 8ª Série	952	562	308
1ª a 4ª Série e Ensino Médio	n.d.	n.d.	43
5ª a 8ª Série e Ensino Médio	1.587	2.180	2.645
1ª a 8ª Série e Ensino Médio	644	751	801
Ensino Médio	224	251	229
Exclusivas EJA	35	45	24
Escolas Vinculadas	n.d.	n.d.	385
Total	6.523	5.941	5.743

Fonte: SEE-SP. CIE-Censo Escolar Estado de São Paulo, vários anos

Obs.: A partir de 2004, aparece um novo item "escolas vinculadas". Segundo SEE tratam-se de escolas de várias modalidades de ensino com no máximo 3 classes, administrativamente vinculada a outra escola ou D.E.

Tabela 3 - Número de Integrantes do Quadro do Magistério Ativo - Rede Estadual de São Paulo 1995-2005

Ano	Quadro do Magistério	Taxa anual (%)
1995	261.473	—
1996	243.555	-6,85%
1997	236.736	-2,80%
1998	228.634	-3,42%
1999	225.435	-1,40%
2000	224.164	-0,56%
2001	225.739	0,70%
2002	229.005	1,45%
2003	233.886	2,13%
2004	236.410	1,08%
2005	237.697	0,54%
Var. Absoluta 2005/1995	-23.776	-9,09%

Fonte: SEE-SP/CIE. Boletim de Acompanhamento de Pessoal Rede Estadual. Abr/06. Elaboração: DIEESE - Subseção APEOESP/Cepes

Tabela 4 - Evolução Professores de Educação Básica I (PEB-1) - (efetivos e ACT's) - Rede Estadual de São Paulo - Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

Mês	Professores de Educ. Básica I	Variação Anual (%)
Fevereiro/99	82.560	-
Fevereiro/00	72.319	-12,4%
Fevereiro/01	61.829	-14,5%
Fevereiro/02	63.569	2,8%
Fevereiro/03	60.515	-4,8%
Fevereiro/04	51.055	-15,6%
Fevereiro/05	48.007	-6,0%
Fevereiro/06	52.623	9,6%
Variação acumulada	-29.937	-36,3%

Fonte: SEE-SP/CIE. Boletim de Acompanhamento de Pessoal Rede Estadual. Fev/06. Elaboração: DIEESE - Subseção APEOESP/Cepes

Tabela 5 - Ensino Fundamental - Rede Estadual de SP - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono - 1986 - 2005

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1986	69,4	18,5	12,1
1987	69,8	18,7	11,5
1988	71,6	16,6	11,8
1989	71,0	15,8	13,2
1990	72,9	16,2	10,9
1991	75,8	13,8	10,4
1992	76,2	13,7	10,1
1993	78,1	11,9	10,0
1994	77,0	14,1	8,9
1995	79,2	11,7	9,1
1996	83,8	8,6	7,6
1997	90,8	3,8	5,4
1998	93,4	2,0	4,6
1999	92,2	3,3	4,5
2000	91,0	4,3	4,7
2001	91,8	5,1	3,1
2002	92,0	5,1	2,9
2003	91,7	5,6	2,7
2004	91,8	6,2	2,0
2005	91,7	6,5	1,8

Fonte:SEE-SP. Desempenho Escolar Rede Estadual de São Paulo - 1986-2005

O foco no ensino fundamental de fato surtiu efeito. “É a prioridade dos nossos governantes, para não dizer que não fazem nada pelo ensino. Foi o único gesto que fizeram: quase atingimos a universalização do ensino fundamental. Mas eles só se preocupam com o aspecto quantitativo, não levando em conta a qualidade desse ensino. Nós queremos que a educação pública priorize o ensino básico, desde a educação infantil até o ensino médio, buscando a universalização de tudo, mas com qualidade”, afirma o presidente da Apeoesp.

Já o bom resultado da evasão é atribuído à implementação da política de *progressão continuada*. Colocada em

prática em 1998, ela abrange o ensino fundamental, cujos oito anos foram organizados em dois ciclos. As reprovações ocorrem ao final de cada ano escolar apenas no caso de faltas em excesso ou abandono da escola. Entre os professores, a política foi apelidada de “promoção automática”.

Defensor da *progressão continuada*, Chalita afirma que ela é uma ferramenta de avaliação do próprio professor, para estimular o aluno a estudar e a se aperfeiçoar. “O grande Paulo Freire foi quem implantou a idéia, em São Paulo, entre 1989 e 1992. E usou uma frase lapidar: ‘O bom professor dá uma boa aula até embaixo de uma mangueira’”, disse o ex-secretário.



Gabriel Chalita, ex-secretário de Educação

Para o professor Carvalho, realmente Paulo Freire foi o primeiro a pensar em uma avaliação que poderia ser contínua dentro do processo de aprendizagem na sala de aula, “que não fosse simplesmente uma avaliação diagnóstica no final de cada mês ou de cada bimestre, mas que o aluno pudesse de fato aprender no cotidiano, no momento em que o professor estive lecionando”. Porém, argumenta, “hoje nós temos tudo na rede estadual, menos progressão continuada”. O que ocorreria na verdade seria uma aprovação automática, sem nenhum critério de avaliação. “Há alunos que simplesmente não têm o conhecimento adequado e a diretora exige que eles sejam aprovados de qualquer jeito. A lógica é apresentar números para dizer que a escola não reprova mais. Sou contra a cultura da repetência, mas não quero que o aluno passe sem aprender os conteúdos básicos. Temos alunos que saem da escola sem aprender a exercer sua condição de cidadãos. O quadro que temos hoje desqualifica a educação e

Daniel Garcia



Pedro Carvalho, professor da rede estadual interrompe o processo de aprendizagem do aluno”, completa.

Depois de retirar disciplinas como sociologia e filosofia do currículo básico, a Secretaria da Educação voltou atrás e as incluiu entre as obrigatórias. A carga horária, reduzida em uma hora na gestão Neubauer, também foi restaurada

Chalita destaca mais dois pontos que considera avanços fundamentais durante a sua gestão: o aumento da carga horária nas escolas e o programa Escola da Família, por meio do qual as escolas oferecem atividades como futebol, cursos de dança, línguas e culinária, entre outras. As oficinas são ministradas por estudantes

Tabela 6 - Ensino Médio - Rede Estadual de SP - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono - 1986 - 2005

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1986	61,0	12,5	26,5
1987	62,3	12,2	25,5
1988	64,9	10,8	24,3
1989	63,6	9,6	26,8
1990	65,3	12,0	22,7
1991	67,7	9,6	22,7
1992	69,8	9,2	21,0
1993	72,7	6,8	20,5
1994	70,3	10,8	18,9
1995	70,6	8,2	21,2
1996	75,2	8,1	16,7
1997	83,6	3,6	12,8
1998	85,6	3,6	10,8
1999	83,2	5,6	11,2
2000	80,7	7,2	12,1
2001	83,4	7,7	8,9
2002	82,3	9,3	8,4
2003	80,3	11,2	8,5
2004	78,3	14,5	7,2
2005	77,4	15,6	7,0

Fonte:SEE-SP. Desempenho Escolar Rede Estadual de São Paulo - 1986-2005

universitários, que em troca recebem uma bolsa paga pelo governo e pela faculdade cadastrada. “Ampliamos a carga horária do ensino fundamental, médio e do ensino noturno, e para coroar todo esse processo implantamos em 2006 o Escola de Tempo Integral, que garante a permanência dos alunos na escola durante um período de nove horas, com aulas do currículo básico de manhã e oficinas à tarde, além de três refeições. Incluímos também as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes no currículo”, afirma o educador.

Para o presidente da Apeoesp, o aumento da carga horária na verdade é apenas a retomada do que foi reti-

rado pela gestão Neubauer em 1997. “A secretária reduziu de 6 horas para 5 horas o período diurno e de 5 para 4 o noturno. Isso diminuiu o número de aulas por disciplina. Muitas matérias de importância na matriz curricular saíram dela, como sociologia, filosofia e psicologia. A consequência direta foi a perda de qualidade. Conseguimos agora o retorno dessa carga horária, após muita luta e pressão”, conta.

O programa Escola da Família, embora premiado internacionalmente, é criticado pelos próprios monitores, que o apelidaram ironicamente de “Escravos da Família”. Uma estudante de Administração de Empresas, que pediu para não ser

identificada, faz um relato contundente: “São 16 horas semanais, oito no sábado e oito no domingo. Ninguém agüenta trabalhar a semana inteira para pagar condução, livros, xerox e apostilas, que não são garantidos pela bolsa, estudar à noite e ainda passar o final de semana na escola. Muitas pessoas foram reprovadas na faculdade e perderam a bolsa”. E acrescenta: “A rotina é muito pesada. Cada um tem direito a três faltas por semestre e os atestados não abonam faltas”.

A estudante, que saiu do programa porque “não agüentava mais”, denuncia que os universitários não têm nenhum tipo de preparação e as atividades desenvolvidas por eles não têm nenhuma relação com o curso superior que fazem. “Que tipo de parceria é essa?”, questiona. Chalita prefere destacar os números: “O programa mantém 5.306 escolas estaduais e quase 500 municipais abertas nos fins-de-semana e tem como parceiros a Unesco, o Faça Parte e o Instituto Ayrton Senna”, diz.

Para Gabriel Chalita, o futuro da educação está na relação com empresas privadas e o dito terceiro setor. “Há centenas de ONGs que acreditam na força da parceria”, afirma ele

Na avaliação do ex-secretário, a resposta para os problemas que ainda persistem na educação está na continuidade das parcerias. “A edu-

cação é processo e como tal não se resolve em uma ou duas gestões. Por isso é a permanência dessa política que fará com que esses aprendizes, com o tempo, escrevam uma história melhor. A torcida para a aprovação do Plano Estadual de Educação é grande: há centenas de organizações não-governamentais, empresas privadas e voluntários que acreditam na força da parceria. E que se dispõem a conhecer a escola pública e a trabalhar com ela”, defende. Em tramitação na Assembléia Legislativa, o Plano Estadual de Educação, que representa a consagração das políticas desenvolvidas até agora pelo PSDB, sofre duras críticas do movimento docente, que o consideram antidemocrático.

“O Plano deveria envolver os principais agentes da educação: a comunidade escolar, pais, alunos, professores, diretores, supervisores, especialistas. Mas é autoritário, não teve debate com a participação dos professores que estão no cotidiano da escola para discutir as diretrizes, o financiamento, a quantidade de alunos por sala de aula. Quando recorre às parcerias, na verdade ele está tirando a responsabilidade do Estado, que deveria investir prioritariamente na educação. Não dialoga com os principais agentes da educação, não atende às prioridades e diretrizes históricas nem representa uma gestão democrática, mas sim a privatização da educação. Por isso apresentamos o Plano da Sociedade Civil, que representa um avanço”, afirma o professor Carvalho.

O projeto citado pelo docente, denominado Plano Estadual - Proposta da Sociedade Paulista, também tramita na Assembléia Legislativa (**vide Revista Adusp 32, p. 53**). “Nosso

plano é decorrente do acúmulo que começou na Assembléia Nacional Constituinte, quando lutamos por uma nova Lei de Diretrizes e Bases. Foi criado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública para discutir as questões da educação em nível nacional, e a síntese dos debates se concretizou no *Plano Nacional - Proposta da Sociedade Brasileira*. Decorrência quase natural dele foi o *Plano Estadual - Proposta da Sociedade Paulista*, que reflete o que conseguimos organizar e sistematizar de diagnóstico e propostas. É um instrumento muito válido de luta e de implementação de políticas públicas no estado de São Paulo”, acredita a professora Sueli, que ajudou a formular o projeto.

Intrinsecamente ligado à proposta de melhorar as condições de ensino está o aumento de verbas para a educação. O Fórum das Seis enviou uma proposta concreta à Assembléia Legislativa: uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007 que garanta, no mínimo, 33% da receita total de impostos, incluídas as transferências de outras esferas, para a educação pública em todos os níveis no Estado de São Paulo.

Para a professora da Unesp de Marília, o futuro é de mobilização e luta. “O que aconteceu no Estado de São Paulo encontrou diferentes níveis de resistência. As universidades públicas resistiram de uma forma mais organizada a essa política. A educação básica já está em um processo muito mais avançado de implementação dessas diretrizes. O governo tem avançado e estamos lutando para barrar, mas não tem sido fácil”, resume.